

---

# **RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES**

**O PONTO DE VISTA DOS ACADÊMICOS**

---

---

## RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES

### O PONTO DE VISTA DOS ACADÊMICOS

---

*«War is too important to be left to the generals». Few civilians seem to have agreed with this and still fewer generals.*

J. E. Finer — «The Man on Horseback»

#### 1. INTRODUÇÃO

O problema das relações entre a organização militar e o poder político está no centro das preocupações da sociologia militar. Trata-se de um problema eminentemente político, dificilmente abordável sem pressupostos ideológicos.

Isso não significa que não existam tentativas nesse sentido. O nosso estudo irá percorrer algumas delas procurando distinguir, metodologicamente, até onde vai a contribuição científica e onde se insinuam os pressupostos ideológicos.

Por ideologia entendemos aqui qualquer explicação que vise ou a justificação de um «status quo» ou a sua substituição por um outro, considerado preferível. A ideologia implica pois juízos de valor enquanto a ciência se limita a juízos de facto.

Os autores que iremos examinar inscrevem-se, todos eles, na área ideológica que considera a moderna sociedade industrial, incarnada em nações como os Estados Unidos e a Inglaterra como a norma ideal, o parâmetro absoluto a partir do qual se avaliam todas as restantes estruturas sociais. Tal selecção é ditada por razões diversas. Primeiro porque a literatura com essa origem é mais abundante, possibilitando uma maior facilidade de análise e sistematização. Em seguida porque desse modo a análise poderá perder em extensão mas recupera em profundidade.

Os autores seleccionados, embora longe de esgotarem o tema, parecem-nos suficientemente representativos das principais posições assumidas e dos principais problemas abordados.

## 2. PARADIGMAS CONCEPTUAIS

Empregamos a expressão «paradigma conceptual» no sentido proposto por Boudon (1970) para caracterizar toda a construção teórica de um sistema de conceitos a partir do qual se derivam proposições explicativas. O paradigma concentra-se sobretudo no *vocabulário* através do qual essas explicações são fornecidas. O paradigma conceptual difere da teoria em sentido estrito na medida em que não utiliza o método hipotético-dedutivo, mas permite em todo o caso inferir consequências e «detectar factores explicativos».

O conceito weberiano de «tipo ideal» constitui uma ilustração do que deva entender-se por paradigma conceptual.

No domínio da sociologia militar podemos encontrar duas ilustrações de paradigmas conceptuais nas obras de Andreski e de Huntington. Ambos aliás reconhecem de forma explícita a sua dívida para com o pensamento de Weber. Ambos procuram formular um sistema conceptual, com um vocabulário próprio e com base nesse sistema «a priori» derivar explicações para a realidade observada.

### 2.1. *Stanislaw Andreski*

O professor Andreski nasceu na Polónia em 1919; actualmente é cidadão britânico. Ocupou várias posições académicas trabalhando em várias Universidades na África do Sul, no Chile e na Nigéria. Escreveu numerosos artigos e livros, entre os quais *Military Organization and Society*, datado de 1954, cuja 2.<sup>a</sup> edição de 1968 surge com um posfácio. Aí continua a considerar justas as teses inicialmente desenvolvidas, limitando-se a fornecer código para a terminologia esotérica da 1.<sup>a</sup> edição o que permite a sua tradução para uma linguagem mais acessível e corrente.

Andreski parte da desigualdade social como situação de facto e como fonte das lutas que se travam pelo poder.

«Por político — afirma — entende-se o aspecto da organização social que diz respeito à regulação do uso da violência.» (p. 22)

O resultado das desigualdades e da luta traduzem-se na *estratificação* tanto política como social. Quanto ao poder militar ele serve basicamente para manter as oligarquias dominantes.

Sendo assim, e esse é o argumento de Andreski, a estrutura do poder militar pode constituir um meio importante para compreendermos a organização da sociedade política.

O paradigma de Andreski constrói-se a partir dos seguintes conceitos:

- i) Grau de participação militar «Military Participation Ratio» (MPR). — Como a expressão sugere trata-se da proporção dos indivíduos utilizados militarmente, relativamente à população total. Pode envolver a totalidade da população mas pode também limitar-se a um núcleo restrito de profissionais.
- ii) Capacidade repressiva («suppression facility»). — Significa a facilidade em manter a população obediente. Segundo Andreski a capacidade repressiva acentua os efeitos da baixa MPR e contrabalança os efeitos da alta MPR.

Seguidamente Andreski propõe uma tipologia das formas de organização militar com base em três critérios:

|                      |   |             |  |
|----------------------|---|-------------|--|
| MPR                  | [ | elevada (M) |  |
|                      |   | baixa (m)   |  |
| Grau de subordinação | [ | elevado (S) |  |
|                      |   | baixo (s)   |  |
| Grau de coesão       | [ | elevado (C) |  |
|                      |   | baixo (c)   |  |

A subordinação elevada implica coesão elevada ( $S > C$ ). A partir daqui, e por combinatória, verificam-se 8 tipos possíveis:

(1) msc, (2) MsC, (3) MSc, (4) Msc, (5) MSC, (6) msc, (7) mSC, (8) mSc

Como  $S > C$  resulta que as combinações (3) e (8) são incongruentes. Quanto às restantes, que Andreski, na 1.<sup>a</sup> edição da sua obra, designa por neologismos abstrusos como «ritterian», «masaic», «tellenic», «meferic», «homoic» e «mortazic», verificamos que só os tipos (5) e (7) têm para nós algum interesse descritivo correspondendo o tipo (5) às forças armadas de contingente, conforme o modelo ainda largamente utilizado na maioria dos países europeus, e o tipo (7) ao exército profissional, que progressivamente tende a substituir os exércitos de contingente.

Para os restantes modelos, Andreski tem de basear-se na sua alta erudição histórica e geográfica, propondo exemplos tão diversos como a Polónia na Idade Média, os Cossacos, as tribus Masai, o Egipto do tempo de Ramsés e outras curiosidades do mesmo teor. E, o que nos parece mais grave, situações bem concretas e actuais como a dos exércitos de milícias (Suíça, Jugoslávia, Israel) dificilmente se inserem na sua tipologia ou, mesmo que tal suceda, os critérios da tipologia deixam escapar o que neles há de essencial e distintivo.

Passando da estrutura organizacional dos exércitos para as estruturas sociais correspondentes Andreski procura avaliar quais os efeitos das três variáveis da tipologia. Assim a MPR afecta primariamente o gradiente da estratificação embora os seus efeitos sejam modificados pela «capacidade repressiva»; quanto à coesão ela reflecte-se na coesão do corpo político da mesma forma que a subordinação que tem efeitos simultaneamente estratificantes e niveladores.

Da leitura da obra difícil e complicada de Andreski fica-nos a ideia de uma tentativa pioneira do maior interesse para relacionar a organização militar com a organização social

O autor, oscilando constantemente entre a história universal, a sociologia de inspiração weberiana e alguns postulados geopolíticos primários como, por exemplo, o de considerar a plena actualidade das teses de Malthus, oferece-nos uma reflexão muito desigual onde teses plausíveis se cruzam com detalhes sem qualquer valor heurístico para a sociologia militar. Do ponto de vista geopolítico julgamos de reter a tese de que os estados insulares podem desprezar as forças terrestres e confiar exclusivamente na Marinha. Ora as Marinhas não podem interferir nos assuntos internos de um país da mesma forma que os Exércitos. Os navios são inadequados para a luta de ruas ou para reprimir revoltas no interior. Por estas razões, acrescenta Andreski, os Estados que confiam quase completamente na

Marinha para a sua defesa estão menos sujeitos à interferência dos militares. Tal seria o exemplo da Inglaterra nos últimos 250 anos. Isso não significaria, porém, que tais nações, essencialmente marítimas, fossem pacíficas. Simplesmente as guerras que travaram não corroíam a sua organização política: os exércitos estavam longe e não podiam dominar a metrópole.

Esta tese, embora sujeita a correcções, que o próprio Andreski reconhece citando o caso do Japão que não parece sujeito a este determinismo geopolítico, tem o mérito de nos sugerir uma possível pista para estudo da correlação entre os factores internos e externos da estratégia político-militar das potências actuais.

Uma consequência deste binómio pode traduzir-se, em termos mais genéricos, pela maior ou menor imunidade da organização social face à organização militar em função do grau em que esta última constitua um corpo distinto, separado da população. Na terminologia «sui generis» de Andreski a «biataxia», ou seja a capacidade repressiva interna, é contrabalançada pela «polemidade», isto é, pela capacidade de intervenção militar externa. A regra, porém, não é geral já que «biataxia» e «polemidade» também se podem reforçar mutuamente, como foi o caso da Alemanha nazi. Num ponto, porém, difícil será, pela sua evidência, recusar concordar com Andreski: *quanto menos repressiva e agressiva for uma sociedade menos ela reflecte as características da organização militar.*

## 2.2. Samuel Huntington

S. Huntington, professor em Harvard com larga influência nos meios políticos norte-americanos<sup>(1)</sup>, é autor de vários livros e artigos sobre a problemática das relações entre civis e militares, designadamente no que se refere aos mecanismos que tornam possível a subordinação dos militares ao poder político civil. O argumento que consagrou Huntington é exposto na sua obra *The Soldier and the State*, de 1957.

---

(<sup>1</sup>) Actualmente o Prof. Huntington é um dos principais conselheiros de Z. Brzezinski, conselheiro do Presidente Carter para os Assuntos de Segurança.

O paradigma conceptual de Huntington é construído a partir da ideia de profissionalismo aplicada às Forças Armadas, ou, melhor, ao oficialato militar. O livro abre com a seguinte afirmação:

«O moderno corpo de oficiais é um corpo profissional e o oficial moderno é um homem profissional. Esta é talvez a tese mais fundamental deste livro.» (p. 7)

Note-se que isto não implica que a análise de Huntington se restrinja aos exércitos inteiramente profissionais ou sequer que pense que essa seja a solução por ele preconizada. O que lhe importa é acentuar que nas sociedades modernas, sejam os exércitos profissionais ou de contingente, o oficial das Forças Armadas exerce uma função com características muito peculiares, que o aproximam do médico ou do advogado. A profissão, tal como a entende Huntington, deverá satisfazer a três requisitos: (i) exigência de um saber especializado, adquirido através de uma formação longa; (ii) espírito de corpo e (iii) responsabilidade pública. Só quando estas três condições estão simultaneamente presentes é que poderemos falar de profissão. E tal será o caso do oficial das modernas Forças Armadas. Anteriormente a 1800 ele ainda não existe mas depois de 1900 está presente na maioria das grandes nações. Especificando melhor temos, segundo Huntington, que a competência especializada do oficial se define, de acordo com a fórmula de Lasswell, como «a gestão da violência» («the management of violence»). O espírito de corpo define-se pelo conjunto das regras formais e informais que caracterizam a instituição militar, mormente no seu funcionamento interno. Finalmente, no que se refere a responsabilidade pública, as Forças Armadas têm como cliente a sociedade como um todo e não uma casta, uma classe ou um grupo de pressão.

Além deste conceito central de profissionalismo encontramos dois outros conceitos — (i) ideologia dominante «versus» mentalidade militar e (ii) participação dos militares no poder político, a partir dos quais o paradigma se estrutura. Huntington, tal como Andreski, é um neo-weberiano interessado em construir tipologias «a priori» a partir de conceitos puros. A tipologia resultante da combinatória destes três conceitos, desdobrados apenas em função de 2 valores (elevado ou baixo), conduz à inferência de oito situações possíveis, empiricamente verificáveis ou não. Antes, porém,

de apresentarmos a classificação vamos examinar com mais pormenor os dois outros conceitos do paradigma. E, em primeiro lugar, o conceito de *mentalidade militar*. Segundo Huntington não é adequado caracterizar a mentalidade militar por processos indutivos, sejam eles psicológicos, histórico-comparativos ou mesmo estruturais. A metodologia mais apropriada consiste em inferir o perfil do militar a partir da sua ética profissional. E é adoptando essa via que Huntington virá a concluir que a mentalidade militar é *realista* e *conservadora* («conservative realism»). Vale a pena transcrever o retrato deste «tipo ideal»:

«A ética militar enfatiza a permanência, irracionalidade, fraqueza e maldade da natureza humana. Sublinha a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem, hierarquia e divisão de funções. Acentua a continuidade e valor da história. Aceita o estado-nação como a forma mais elevada de organização política e reconhece a provável continuidade das guerras entre nações. Enfatiza a importância do poder nas relações internacionais e previne quanto aos perigos para a segurança do Estado. Sustenta que a segurança do Estado depende da criação e manutenção de forças militares fortes. Recomenda que a acção do Estado se limite aos interesses directos do Estado, à restrição de compromissos a longo prazo e a indesejabilidade de políticas belicosas e aventureiras. Sustenta que a guerra é o instrumento da política, que os militares estão ao serviço dos governantes e que o controlo civil é essencial para o profissionalismo militar. A ética militar é pois pessimista, colectivista, inclinada para a história, orientada para o poder, nacionalista, militarista, pacifista e instrumentalista na sua visão da profissão militar. É, numa palavra, *realista* e *conservadora*.» (p. 79)

Definida a «mentalidade militar» a partir da ética há, em seguida, que a confrontar com as ideologias correntes, a fim de verificar, de novo em termos mais de tipos ideais do que realidades empíricas, em que medida a ideologia é *pró-militar* ou *antimilitar*.

Para o efeito Huntington selecciona o *liberalismo*, o *fascismo*, o *marxismo* e o *conservadorismo*. Todas estas ideologias são, sob o ângulo privilegiado por Huntington, *antimilitares*, com excepção da ideologia conservadora, a única que não entra em conflito com a «mentalidade militar».

Note-se, mais uma vez, que Huntington é pouco ortodoxo nas caracterizações que faz. Mas o leitor que o segue terá apenas que aceitar as regras do jogo não esquecendo que se trata de um paradigma conceptual, de um esboço de teoria, cujo valor reside, em última instância, nas explicações que proporciona ou nas normas que permite deduzir relativamente a situações concretas. Assim, quando fala em conservadorismo, Huntington tem o cuidado de especificar que o conceito se inspira não na concepção corrente mas na filosofia de Burke. Esta filosofia reconhece o papel do poder nas relações humanas, a aceitação das instituições, os objectivos limitados e uma certa desconfiança pelos grandes ideais. Além do mais, acrescenta, o conservadorismo não é monista nem universalista. Não procura aplicar as mesmas ideias a todos os problemas e a todas as instituições humanas.

Em filigrana recorta-se um juízo de valor através do elogio do realismo pragmatista desta postura política que ele de resto reivindica como sua. Na caracterização das restantes ideologias, todas elas antimilitares, Huntington, não obstante o seu conservadorismo confesso, não confunde *fascismo* com *marxismo*, acentuando que a grande diferença que os distingue reside na visão do homem como essencialmente bom, sublinhada pelo marxismo, em contraste com a visão pessimista do homem, aliada à glorificação da guerra, sustentada pela ideologia fascista.

Quanto ao terceiro elemento conceptual do paradigma — a participação no poder político — pouco há a especificar para além do facto de, segundo Huntington, haver incompatibilidade entre este factor e o profissionalismo. A participação no poder político afecta necessariamente o profissionalismo podendo mesmo comprometê-lo de forma irremediável. Se todavia os militares não participam no poder político como se processam então as ligações entre as duas instâncias? De duas formas possíveis: ou através daquilo que Huntington designa como *controlo objectivo* ou através do controlo *subjectivo*. O primeiro consiste em separar o poder político do poder militar tornando os militares mais militares, ou seja, profissionalizando-os, limitando a sua acção à esfera *objectiva* da sua competência. O segundo consiste em conquistar subjectivamente os militares, ou seja, promovendo a sua identificação com a ideologia dominante. O controlo objectivo está em consonância com o próprio conceito de profissionalismo, no fundo decorre dele. O controlo subjectivo visa a transformação do militar num cidadão empenhado, considerando que esse é o único meio de garantir a defesa da

própria sociedade civil. O exemplo típico do controlo subjectivo é o que se verifica nos exércitos socialistas. Mas não só. Na RFA quando se começou a reorganizar as Forças Armadas pretendeu-se, diz-nos Huntington:

«criar um exército democrático, uma força ideologicamente motivada encarnando o controlo civil subjectivo de preferência ao controlo civil objectivo. Em parte tratava-se de uma reacção contra o profissionalismo do passado e do produto duma falsa identificação desse profissionalismo com Hitler.» (p. 123)

Mas, acrescenta Huntington:

«um estado democrático é melhor defendido por uma força profissional do que por uma força democrática.» (*ibid*)

Construindo o paradigma vejamos então a tipologia das relações civis-militares, dela resultantes:

- (1) *Ideologia antimilitar, poder político-militar elevado, baixo profissionalismo militar.* Este padrão foi característico da Alemanha na 1.ª Guerra e dos Estados Unidos na 2.ª Guerra. Encontra-se nos países pouco desenvolvidos, designadamente no Próximo Oriente, na Ásia e na América Latina.
- (2) *Ideologia antimilitar, baixo poder político-militar, baixo profissionalismo militar.* Predominou na Alemanha durante a 2.ª Guerra. Encontra-se nos «estados modernos totalitários».
- (3) *Ideologia antimilitar, baixo poder político-militar e alto profissionalismo militar.* Predominou nos Estados Unidos até ao início da 2.ª Guerra. «Característico de uma sociedade que sofre poucas ameaças.»
- (4) *Ideologia pró-militar, poder político-militar elevado e alto profissionalismo militar.* Prússia e Alemanha durante a época de Bismarck e Moltke (1860-1890).
- (5) *Ideologia pró-militar, baixo poder político-militar e alto profissionalismo.* Característico das relações civis-militares na Inglaterra do século XX.
- (6) (7) (8) — Incongruentes ou altamente improváveis.

É óbvio que Huntington privilegia a situação (5), ou seja, aquela que corresponde já em grande parte ou para que tende o modelo adoptado

nos países capitalistas desenvolvidos. A tipologia, não obstante o seu aparato hipotético-abstracto, não esconde os juízos de valor e todo o argumento é conduzido para sublinhar a via do profissionalismo como garantia do *controlo civil objectivo*, ou seja, o controlo do poder militar pelo poder político *na condição de que este garanta a continuidade dos valores conservadores, ou seja o actual «status quo»*.

Em todas as restantes situações viáveis encontramos uma ideologia antimilitar, ou seja, uma tensão ideológica no interior da própria sociedade e em que um dos pólos detém o monopólio da violência. Esta situação, desde que não haja ameaças, justificando um forte dispositivo militar (caso 3), é relativamente controlável pelo poder político civil. Não se trata porém de um padrão que ofereça garantias. E sobretudo ele é inadequado quando o aparelho militar cresce atingindo as proporções que actualmente observamos nas grandes e mesmo nas médias potências. Compreende-se que os controlos tenham de ser outros.

Mas, para além dos reparos ideológicos, há ainda a acrescentar que o paradigma de Huntington é hoje muito criticado pelos próprios universitários que, como ele, militam no mesmo lado da barreira.

Janowitz (1960), por exemplo, acha discutível o conceito de profissionalismo proposto por Huntington na medida em que implica uma dimensão de responsabilidade cujos critérios não se acham claramente definidos. Teria sido, pergunta Janowitz, «o estado-maior general 'profissional' alemão responsável quando obedeceu cegamente a ordens que tinham pouca ou nenhuma finalidade militar?» (p. 6)

Como em qualquer profissão só um pequeno núcleo é que constitui a elite e é esse núcleo que detém o poder, ou seja, o controlo do comportamento dos outros. No caso dos militares esta elite é composta pelas altas patentes, co-responsáveis com as elites políticas dirigentes.

Finer (1962) também critica os pontos de vista de Huntington, salientando que o profissionalismo só por si não evita a intervenção política dos militares, como de resto sucedeu nos casos do Japão e da Alemanha. O profissionalismo pode inclusivamente levar os militares a entrarem em colisão com as autoridades civis. Basta para tanto que não seja para eles suficientemente claro se devem obediência ao Governo ou à Nação. Essa situação

é a que se verifica sempre que o consenso é baixo. E aliás o próprio Huntington dá o exemplo da República de Weimar onde:

«durante a crise de 1923 quando Ebert perguntou a Seeckt qual a posição do Reichswehr, aquele respondeu: o Reichswehr, senhor Presidente, está atrás de mim» (Huntington, p. 112).

O que todavia Huntington não parece ter entendido, dirá Finer, é que esta lógica decorre inexoravelmente do profissionalismo militar. Uma outra razão, apontada por Finer para uma tal lógica, é o *corporatismo* da profissão militar: enquanto especialistas no seu campo, os militares consideram-se os mais competentes para ajuizar sobre a dimensão, organização, recrutamentos e equipamento das Forças Armadas e, como tal, podem igualmente entrar em conflito com o poder político civil. Por último, e é ainda Finer que o salienta, os militares têm relutância em ser usados como agentes repressivos internos e, sempre que tal sucede, a tendência é culparem os políticos da situação criada.

Por tudo isto parece pois poder concluir-se que o paradigma de Huntington tem várias limitações e que, quando muito, servirá apenas de modelo nas democracias constitucionais estáveis, como será o caso dos Estados Unidos e da Inglaterra e mesmo assim, como veremos, com muitas reservas. O próprio Huntington, reexaminando o problema das relações entre civis e militares em artigo de 1968 para a *International Encyclopedia of Social Sciences*, cita os argumentos de Finer sem lhes contrapor qualquer resposta, o que leva a supor que os admite como válidos.

### 3. AS ABORDAGENS EMPÍRICAS

Muitos cientistas sociais consideram preferíveis elaborações menos teóricas limitando-se a observar e sistematizar os factos, sem os quais a ciência não é possível. A orientação empírica é bastante comum na sociologia anglo-saxónica. A sociologia militar não constitui excepção. Daí que existam numerosos estudos empíricos sobre as organizações e instituições militares, estudos esses que se desenvolveram sobretudo a partir da II Guerra Mundial. Alguns autores procuraram ir mais longe fornecendo sínteses provisórias sem todavia comprometerem a tradição empirista, o que equi-

vale a privilegiar a indução sobre a dedução. Entre estes escolhemos dois: Morris Janowitz, americano, e S. E. Finer, inglês.

### 3.1. *Morris Janowitz*

Autor de numerosa bibliografia sobre temas de sociologia militar, a sua obra *The Professional Soldier*, de 1960, continua, porém, a constituir a referência fundamental, pouco alterada pelos seus trabalhos ulteriores. É que, apesar de tudo, os factos, quando bem estabelecidos, envelhecem menos do que as teorias ambiciosas mal estruturadas.

Janowitz não tem a pretensão de efectuar uma análise da organização militar válida para todas as latitudes e cenários. Limita-se a estudar o caso muito concreto das Forças Armadas americanas no quadro evolutivo dos últimos 50 anos, o qual tem como factor histórico-social saliente as duas guerras e suas consequências, nomeadamente no campo da tecnologia. As extrapolações do estudo de Janowitz serão válidas quando muito para as nações industrializadas do Ocidente que procuram seguir o modelo americano.

Quanto à metodologia Janowitz enuncia com muita clareza que:

«a análise sociológica duma profissão é a análise sistemática duma biografia — não simplesmente a biografia de um grande líder, mas uma biografia de grupo num contexto organizacional.» (p. 7)

De acordo com esta metodologia, parte das variáveis individuais da organização — origens sociais, carreiras, estatutos, motivação, ideologia, etc., para, com base nelas, levar a efeito um primeiro diagnóstico de situação. Janowitz vai, porém, mais longe, como veremos pois procura igualmente caracterizar o sistema de valores institucionais, bem como algumas das interacções decisivas entre a organização militar e o poder político, o que confere um alcance mais vasto à sua obra.

As hipóteses de trabalho básicas para melhor compreender as mudanças ocorridas nos estabelecimentos militares nos últimos 50 anos são, segundo Janowitz, as seguintes:

- 1.ª *Mudança nos padrões de autoridade.* A autoridade nos estabelecimentos militares tende a tornar-se mais manipulatória, persuasiva e consensual;

- 2.º *Redução das competências técnicas diferenciais entre as elites militares e civis;*
- 3.º *Maior democratização no recrutamento.* Note-se que isso não significa maior democraticidade no comportamento da instituição;
- 4.º *Mudança na política de carreiras* sobretudo no que se refere aos cargos directivos das elites, privilegiando-se o homem criativo de preferência à competência rotineira;
- 5.º *Doutrinação política.* O estabelecimento militar sofre por um lado a influência do Governo mas interfere por seu turno na política na medida em que colabora na elaboração da estratégia.

Estas hipóteses, que são, afinal, constatações empíricas das tendências evolutivas dos estabelecimentos militares modernos, têm de comum a convergência cada vez mais pronunciada entre as organizações civis e as militares. Essa convergência tem contudo limites, atingindo o seu máximo nos anos 60. Isso não significa que o processo se tenha invertido, mas apenas que sofreu uma travagem. Há com efeito um dilema fundamental que caracteriza o estabelecimento militar moderno e que pode ser descrito como uma luta entre os

*«líderes heróicos que encarnam tradicionalismo e glória e os gestores militares que se preocupam com a condução científica e racional da guerra.» (p. 21)*

Ora se estes últimos introduzem novas tendências e técnicas organizacionais semelhantes às utilizadas nas organizações civis e que os leva por vezes a serem, inclusivamente, inovadores no domínio da tecnologia, nem por isso a organização militar poderá abdicar da tradição do líder heróico dado que ele continua a ser indispensável para as guerras limitadas e para as situações de perigo em primeira instância. Como sublinha Janowitz a imagem ideal da profissão militar continua a ser mais a do «comandante estratégico» do que a do técnico militar. É a imagem do líder motivado pelo patriotismo nacional «capaz de organizar os talentos dos especialistas para qualquer tipo de contingência» (p. 35).

É com base neste dilema, que constitui o diagnóstico fundamental formulado por Janowitz, que poderemos compreender melhor o problema das relações entre civis e militares sobretudo no que se refere ao aspecto político.

Muito menos teórico e muito mais realista, Janowitz reconhece que:

«As crenças políticas dos militares não são distintas das que actuam na sociedade civil. Pelo contrário, são uma refração da sociedade civil moldada pelo sistema de recrutamento, educação e experiência militar de uma carreira profissional.» (p. 234)

«A grande maioria dos oficiais preocupa-se primariamente com assuntos profissionais e técnicos mas, à medida que ascendem na hierarquia, tornam-se progressivamente conscientes das suas lealdades e preferências políticas.» (*ibid*)

De resto, a própria transição da autoridade tradicional para um tipo de autoridade mais racional implica, como já salientava Weber, uma necessidade de dar resposta à questão do porquê do combate.

«As respostas tradicionais do dogma patriótico e da autoridade tradicional são insuficientes e daí uma maior preocupação pela ideologia e pela racionalidade dos objectivos.» (p. 236)

A partir destas premissas Janowitz prossegue o seu argumento procurando mostrar que os dois perfis emergentes do estabelecimento militar, a saber, o «herói» e o «gestor», têm prolongamentos políticos:

«O líder heróico tem sido e continua a ser relativamente indiferente aos assuntos político-militares. Mas o gestor militar, na medida em que politicamente orientado, desenvolve uma filosofia ou absoluta ou pragmática consoante a sua educação e experiência profissional.» (p. 277)

Esta dicotomia entre *doutrina absoluta* e *doutrina pragmática* corresponde, segundo nos parece, à distinção hoje bem vulgarizada entre «falcões» e «pombas». Para a doutrina absoluta a guerra é *inevitável e total* e tem carácter *punitivo*. As estratégias deverão consequentemente visar a total supremacia, com vista a «impedir o objectivo da dominação do mundo, prosseguido pelos soviéticos. Quanto às nações neutras deverão ser consideradas como inimigos potenciais». Para a doutrina pragmática a guerra total não é inevitável embora sejam de admitir *guerras parciais* onde o factor político e a capacidade de negociação são decisivos. A estratégia é de *resposta gradual*, os objectivos soviéticos são «expansionistas» e as

nações neutras «aliados potenciais». Recorrendo a etiquetas, os absolutistas são conservadores, enquanto os pragmáticos são liberais.

Mas a distinção torna-se ainda mais nítida se a aplicarmos a duas grandes figuras da cena político-militar americana — George Marshall e McArthur, o primeiro suposto incarnar a doutrina pragmática e o segundo a doutrina absolutista, o primeiro um «europeu», ou seja, defensor da prioridade da frente ocidental, o segundo um «asiático», por considerar prioritária a frente no Extremo Oriente. Embora já de certo modo históricas, estas figuras são bem reveladoras da importância das opções políticas dos militares, tanto mais patentes quanto mais nos aproximarmos dos centros de poder e das elites que o detêm.

Entretanto, e aproximando-nos dos tempos modernos, podemos verificar a acentuação dessa tendência através da generalização do conceito de sabor clausewitziano da «guerra política» («political warfare») que irá caracterizar as relações internacionais a partir da década de 50. O conceito de «teatro de operações» desvanece-se para dar lugar a uma situação de «nem guerra, nem paz» que se traduz:

«Nos Estados Unidos onde a liderança política é difusa, nos políticos civis virem a reconhecer que os militares são um ingrediente activo no processo de decisão sobre a segurança nacional.» (p. 343)

Tal conclusão afasta-nos do paradigma de Huntington que recomenda a limitação da actuação dos militares aos domínios profissionais. Segundo reporta Janowitz, tanto liberais como conservadores parecem rejeitar tal concepção. Para os conservadores, Huntington seria um pseudo-conservador que no fundo não consegue disfarçar a sua desconfiança básica face aos militares embora através de uma linguagem conceptual sofisticada que parece fazer a apologia do herói. Quanto aos liberais, homens como Marshall são exemplos a reter, e, além do mais, *os militares só podem ser controlados pelo poder político civil na medida em que efectivamente integrados na sociedade global e não apenas enquanto profissionais.*

Para Janowitz os militares não constituem uma elite unificada. Para além da dicotomia entre «absolutistas» e «pragmáticos» ou entre «falcões» e «pombas» há numerosas «nuances» e contradições internas que reflectem

os dilemas e interesses que pervadem a sociedade civil. Para o observador como para o analista torna-se:

«importante analisar as técnicas políticas que os militares usam ao fazer as suas recomendações e pressionarem os seus objectivos». (p. 343)

Tudo isso aliás se afigura a Janowitz como normal no processo de decisão em democracia política, não se excluindo porém que os militares possam inclusivamente tentar transcender os limites da supremacia civil. Parece com efeito extremamente elucidativo seguir o processo de controlo dos orçamentos militares pelo Congresso. Segundo Janowitz os cortes não ultrapassam em regra 5 %, limitando-se a pormenores secundários, que de forma alguma alteram os grandes objectivos. Dexter, citado por Janowitz, que entrevistou numerosos congressistas, chegou à conclusão de que a atitude dos legisladores seria essencialmente a de «quem sou eu para dizer NÃO aos militares?!»

Os estudos de Janowitz concluem com a formulação das perspectivas futuras, extrapolando a partir dos actuais cenários. Introduce-se então o controverso conceito de «força condestable» — «constabulary force» (?), como padrão que se desenha no horizonte próximo para o estabelecimento militar. Trata-se do modelo apropriado para a situação onde se elimina a distinção entre tempo de guerra e tempo de paz e que o aproxima do conceito da força policial. Todavia o soldado profissional resiste a identificar-se com o polícia e a profissão militar tem lutado para se distinguir das forças repressivas internas. Mas, argumenta Janowitz, o conceito de «força condestable» não se refere a funções policiais deste tipo. Pelo contrário, um envolvimento sistemático dos militares na ordem interna prejudicaria a sua capacidade de intervenção nas relações internacionais.

Ora o que nos parece inquietante no conceito de Janowitz é a intervenção na ordem externa, ou seja nas nações, na melhor das hipóteses, «potencialmente aliadas», às quais o modelo será igualmente aplicável.

---

(?) *Constabulary* significa à letra, em português, «condestável» ou «condestable» — chefe militar supremo, durante a Idade Média. O termo vem do latim «come stabulus» (partilha do mesmo estábulo), dando o «constable», em inglês, e o «connétable», em francês. A ideia de recorrer ao termo arcaico aponta para o sentido *sui generis* que Janowitz pretende introduzir. Daí a tradução que adoptamos de «forças condestables».

Quanto a isso bastará citar o autor que, com toda a franqueza, afirma:

«Um programa de assistência militar efectiva a uma nova nação requer o desenvolvimento do exército como uma força policial interna de confiança e como um instrumento contra a subversão interna e contra as forças de guerrilha. O modelo não é o da divisão de infantaria, mas a unidade de polícia militar e condestable.» (p. 341) «Dois casos notáveis — acrescenta — onde a assistência militar dos Estados Unidos foi adaptada aos requisitos foram o Irão e as Filipinas.» (*ibid*)

Isto foi escrito em 1960. Os acontecimentos do Irão em 1978 confirmam, pelo menos em parte, o acerto dos juízos de Janowitz.

### 3.2. S. E. Finer

Samuel E. Finer é professor na Universidade de Oxford desde 1974. Autor de várias publicações, entre as quais *The Man on Horseback — The Role of the Military in Politics* de que nos iremos ocupar. O livro foi editado em 1962, mas em 1975 saiu uma 2.<sup>a</sup> edição, que insere um novo capítulo, onde se considera o exemplo da Revolução Portuguesa de 25 de Abril. Nesse novo capítulo Finer retoca alguns dos conceitos anteriormente utilizados sem prejuízo do argumento fundamental igualmente desenvolvido.

Mas vejamos a linha de argumentação apresentada por Finer, em 1961.

A primeira interrogação que o autor se coloca é por que razão a intervenção dos militares na política constitui mais a excepção do que a regra. Na verdade os militares dispõem de trunfos importantes tais como a organização, um estatuto altamente simbólico e, sobretudo, o monopólio das armas. Os exércitos modernos são coesos e hierárquicos. Os seus traços distintivos são: o comando centralizado, a hierarquia, a disciplina, a interligação física e o espírito de corpo.

Se os militares não obstante todos estes traços pouco intervêm politicamente, isso deve-se, segundo Finer, a duas ordens de razão: primeiro, por incapacidade técnica para administrar estruturas organizacionais acima das comunidades primitivas e, segundo, por falta de legitimidade para governar. São esses factores de fraqueza que contrabalançam os factores de força e que desencorajam a intervenção política.

A falta de legitimidade é todavia o factor inibitório mais importante. Ora essa falta de legitimidade actua em função da cultura política das sociedades, isto é, em função do grau de vinculação às instituições civis. Países como a Inglaterra ou os Estados Unidos têm alta cultura política por causa da supremacia reconhecida ao poder político civil. Quando tal sucede é de prever que a intervenção dos militares na política seja altamente improvável e considerada como usurpação. Em sociedade de baixa cultura política, a necessidade de legitimidade não constitui um factor inibitório e daí a maior frequência de intervenção.

O conceito de nível de cultura política, central na argumentação de Finer, é operacionalmente definido de acordo com os seguintes critérios, enunciados sob forma interrogativa:

- (1) Existe uma aprovação pública generalizada quanto aos procedimentos de *transferência do poder* e à convicção correspondente de que nenhum exercício do poder em desacordo com tais procedimentos é legítimo?
- (2) Existe um reconhecimento público generalizado sobre quem ou o que constitui a *autoridade suprema* e a convicção correspondente de que mais ninguém ou mais nenhum centro de poder é legítimo?
- (3) Está a população bem enquadrada por *organizações privadas*? Isto é, existem igrejas, associações industriais e partidos políticos coesos? (p. 78)

Na revisão de 1975, Finer simplifica o conceito reduzindo-o a dois parâmetros fundamentais: *organização* (elevada ou baixa) e *consenso* (elevado ou baixo). Pode todavia pôr-se em causa se essa simplificação se traduz em qualquer vantagem do ponto de vista da inteligibilidade do argumento. É certo que o consenso é função dos critérios (1) e (2) e que o critério (3) designa o grau de coesão social e portanto de organização.

Em nosso entender é útil manter as distinções iniciais dado que ajudam a uma melhor caracterização da sociedade. Na verdade quando passamos das definições operacionais para exemplos concretos, verificamos que, segundo Finer, poderíamos distinguir os grandes tipos de sociedades em função da cultura política:

- (1) Amadurecidas («mature») — Reino Unido, Estados Unidos, Países Escandinavos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Irlanda, Holanda.

- (2) Desenvolvidas («developed») — Alemanha (do Império até ao acesso de Hitler), Japão (entre as duas guerras), França (3.<sup>a</sup> República) e URSS.
- (3) Baixa («low») — Turquia, Argentina, Espanha, Egito, Síria, Paquistão, Iraque, Sudão, Coreia do Sul.
- (4) Mínima («minimal») — México e Argentina (1.<sup>a</sup> metade do século), Haiti, Paraguai, Zaire.

A inclusão da URSS nos países de cultura política desenvolvida obriga Finer a largas justificações já que, palavras suas, «sugerir que as relações entre civis e militares na URSS possam sequer ser mencionadas ao mesmo nível de outros países não comunistas chocará muitos como ultrajante.» (p. 89)

Com toda a objectividade Finer procura mostrar que no caso da URSS existe plena evidência de que os critérios (2) e (3) estão presentes, havendo todavia problemas de indefinição quanto à *transferência do poder* [critério (1)]. Que mais não fosse bastaria este caso para justificar a utilidade dos três critérios, distinguindo as situações em que a falta de consenso se reduz à transferência do poder daquelas em que a própria autoridade não se acha claramente definida, correndo pois o risco de não ser reconhecida. Concretamente uma coisa é a situação da República de Weimar, em que os militares a dada altura levantaram o problema de saber se deviam obediência ao Governo ou à Nação, e outra a dos dirigentes do Exército Vermelho, em pleno período de destalinização, os quais, muito embora possam ter-se aproveitado da conjuntura para aumentar o seu prestígio e influência, não hesitaram no que se refere à fonte de autoridade suprema.

Estabelecida a classificação a partir de critérios, segue-se o problema da intervenção, ou seja, para cada uma daquelas situações tipo, quais são os *factores subjectivos e objectivos* que favorecem a intervenção dos militares na política e como se traduz essa intervenção em função do grau de cultura política onde ela tem lugar.

Começemos pelos factores subjectivos ou, se se quiser, pela condição necessária, pois que é necessário que haja da parte dos militares tanto *motivação* como *disposição* para intervir politicamente para que a intervenção tenha lugar. É discutível, do ponto de vista psicossociológico, se a distinção entre motivações e disposição se justifica. A discussão desse

aspecto não é porém aqui o que mais importa e pode perfeitamente ser dispensada pois não altera o fundo do problema.

Aceitando a formulação de Finer temos como *motivação* para intervir:

- (1) A missão providencial dos soldados os quais simbolizam a independência, a soberania, a identidade nacional. Finer cita a propósito passagens dos discursos de Salazar, onde claramente se aponta que o destino do Exército é intervir e «salvar a Nação»;
- (2) O próprio quadro institucional pode fornecer ou mesmo consagrar a intervenção dos militares na política, o que constitui motivação não menos decisiva. Finer põe aqui em relevo o exemplo do «poder moderador» consagrado na lei espanhola e que tem analogias com o artigo 5.º da Constituição Francesa de 1958. O conceito é o de um chefe de Estado que actua como um árbitro da Constituição, intervindo sempre que as autoridades ou forças políticas pareçam «desalinhasadas». Voltaremos a este ponto, acentuando desde já a analogia que pode traçar-se entre o «poder moderador» e o regime semipresidencial que a Constituição Portuguesa de 1976 consagra;
- (3) Por último, motivações intrínsecas das próprias Forças Armadas entre as quais Finer distingue os interesses de classe, os interesses regionais e até mesmo os interesses corporatistas.

Quanto à disposição («mood») para intervir, ou seja, os factores que actualizam os motivos, Finer sublinha a importância psicológica do contexto emocional, provocado pela frustração, humilhação, ou outros ataques congêneres à auto-estima. O autor parece-nos muito inspirado no modelo «agressão-frustração», que, embora muito contestado, goza ainda de considerável prestígio em psicologia social e por isso mesmo não é gratuito recorrer a ele. Uma vez definidos os *factores subjectivos*, passa-se em seguida aos *factores objectivos*, ou seja à oportunidade de intervir. Porque os militares podem sentir-se humilhados ou enfurecidos e por isso menos dispostos a intervir, mas só poderão passar à acção com alguma probabilidade de êxito se as condições objectivas o permitirem. Quais são essas condições?

Em 1.º lugar a dependência crescente dos civis relativamente aos militares. A situação mais óbvia é a de tempo de guerra em que essa dependência se acentua.

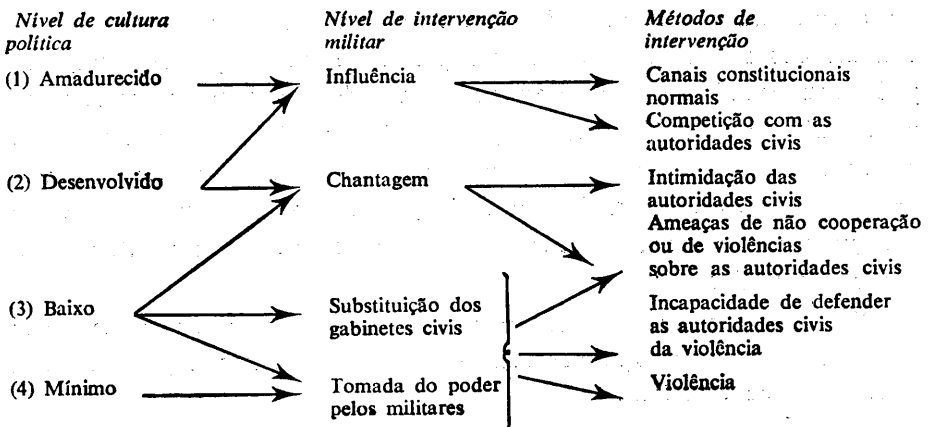
Em 2.º lugar a existência de uma situação de crise, aberta ou latente, ou de vácuo de poder.

Em 3.º lugar a popularidade dos militares tanto mais reforçada quanto posta em contraste, inclusivamente através da intriga política, com a ineficiência e corrupção dos governantes. O declínio da confiança nos políticos e no processo civil pode reforçar a popularidade dos militares que assim vêem facilitadas as condições de intervenção. Em tais circunstâncias elas são olhadas como libertadoras.

Definidos os factores subjectivos e os factores objectivos, distingue Finer as quatro situações de intervenção:

- (1) Nem disposição nem oportunidade — não há intervenção;
- (2) Disposição e oportunidade — dá-se intervenção;
- (3) Não há disposição mas há oportunidade — dá-se intervenção mas o poder é rapidamente devolvido aos civis logo que a ordem é restabelecida como, por exemplo, sucedeu no Iraque em 1952 em que o general Mahmud resignou do cargo de Primeiro-Ministro dois meses após a intervenção, alegando não ter ambições políticas;
- (4) Disposição sem oportunidade — conduz aos golpes abortados.

O que todavia se afigura de maior interesse no estudo de Finer não é propriamente esta classificação demasiado genérica e por isso mesmo de pouca utilidade mas a que ele procura estabelecer em função dos níveis de cultura política que anteriormente expusemos. O objectivo consiste em descrever os *níveis de intervenção* e os *métodos de intervenção*. Vejamos o quadro proposto por Finer, com algumas simplificações (p. 152):



Pelo quadro podemos verificar que a intervenção é tanto mais provável quanto menor é o nível de cultura política e que as formas e métodos que essa intervenção assume se tornam críticos nas situações de transição entre os níveis (2) e (3), num ou noutro sentido.

Um paradoxo apontado por Finer, bem característico desta complexidade e que ocorre com frequência nas situações de baixa cultura política, é o que impele os militares a substituir um governo por outro sem que todavia eles próprios, militares, assumam funções políticas. É o caso da situação ser tal que leve as pessoas a crerem que qualquer que seja a mudança será sempre para melhor.

«Na primeira fase — escreve Finer — os militares são uma incógnita. É na segunda fase, quando os militares decidem sobre o que fazer a seguir que surgem os maiores índices de fragilidade da fórmula política e de apoio civil. Permitir que os militares substituam um governo é uma coisa; permitir que eles governem é muito diferente.» (p. 106)

Quando, não obstante a baixa cultura política, as organizações civis são fortes, isto é, quando a população se acha bem enquadrada pelas igrejas, corporações, partidos políticos ou similares, etc., produzem-se dois efeitos contraditórios: por um lado fomenta-se uma *resistência* à tomada e manutenção do poder pelos militares mas, por outro lado, *encoraja-se* os militares a tentarem isso mesmo. As razões deste paradoxo, acrescenta Finer, derivam dos receios de revanchismo por parte das forças depostas, que pode levar os militares a tomarem conta do poder e a constituírem-se como uma espécie de partido político, para melhor se defenderem. Em nosso entender poderíamos acrescentar uma razão talvez mais simples do desejo de cooptação do poder militar pelas forças políticas, qualquer que seja o seu quadrante na condição da sua posterior submissão aos respectivos interesses e desígnios.

É esta tensão contraditória que gera o paradoxo dramaticamente vivido pelos militares que o experimentam de, como diz Finer, não poderem nem continuar nem abandonar.

#### 4. COMPLEMENTARIDADES E CONVERGÊNCIAS DOS PARADIGMAS

Em 1971, outro professor, Alfred Stepan, da Universidade de Yale, edita uma obra com o título *The Military in Politics*, onde faz uma análise política da história recente do Brasil, na qual muitos dos conceitos que até agora discutimos são utilizados. Entretanto Samuel Huntington publicara em 1968 *Political Order in Changing Societies*, onde se analisam sobretudo as situações dos «países de baixa cultura política» como diria Finer, ou, como prefere Huntington, adoptando a expressão de Rapaport «*as sociedades pretorianas*». As características destas sociedades correspondem, grosso modo, às propostas por Finer: ausência de consenso quanto ao projecto de sociedade, ambiguidade no que se refere ao poder, fragilidade das instituições, legitimidade precária, etc., acrescentando-se, por outro lado, uma constante actividade política das forças sociais tais como estudantes, líderes religiosos, trabalhadores, etc. Como esclarece Huntington a expressão «'sociedade pretoriana' refere-se a uma sociedade politizada, entendendo-se que isso inclui não só os militares, mas as outras forças sociais» (p. 198).

Finer, que parece ter ficado muito impressionado com o novo livro de Huntington, explica que a tipologia proposta em *The Man on Horseback* é sobretudo estrutural, ou seja, ignora intencionalmente o factor tempo, preocupando-se com as causas e efeitos característicos dos vários tipos de «cultura política», apenas justapostos. Em contrapartida o novo paradigma de Huntington seria mais diacrónico do que sincrónico. Segundo o novo Huntington os exércitos teriam uma origem de classe essencialmente pequeno-burguesa. Nas sociedades pretorianas, tais exércitos começam, numa primeira fase, por ser radicais, situando-se na vanguarda do movimento de derrube das sociedades oligárquicas. Numa segunda fase, os militares apoiam o modelo social que ajudaram a construir e que é o modelo da sua classe de origem — o modelo pequeno-burguês. Enfim, numa terceira fase, quando as massas tentam fazer revolução de carácter radical e que põe em causa as estruturas económicas, os militares transformam-se em conservadores e opõem-se à mudança.

Em nosso entender Finer, ao confrontar-se com estas novas hipóteses de Huntington, subestima-se em excesso. Se não erramos muito, o seu estudo comporta uma certa racionalidade diacrónica e não apenas estru-

tural. Finer é dos poucos autores que tenta a abordagem *processual*, fornecendo-nos pistas valiosas para entendermos a evolução e contradições inerentes à dinâmica política e ao papel nela eventualmente desempenhado pelos militares. Todo o capítulo 13 de *The Man on Horseback*, 1975, nos surge assim um pouco decepcionante não só pelas concessões e correcções inúteis que introduz no texto de 1962, como até pela forma apressada e por vezes tão pouco informada como se refere à Revolução Portuguesa.

Podemos todavia reter que existe com efeito uma certa complementaridade entre a análise de Finer e a de Huntington sobre as sociedades pretorianas, na medida em que esta análise é uma especificação desenvolvida de um processo diacronicamente mais dilatado, mas cujas causas profundas se podem igualmente encontrar no estudo das «baixas culturas políticas» de Finer.

Stepan que retoma o problema e o aplica à história recente do Brasil é ainda mais explícito do que Huntington, ao fazer o elogio daquilo que designa como «modelo moderador»<sup>(1)</sup> ou pelo menos considerando-o como o mal menor, como a solução menos inadequada para as tais sociedades pretorianas, onde as exigências políticas são elevadas mas a capacidade política de convertê-las em resultados efectivos é pequena. Nesse tipo de sociedade a instituição militar — tal como a igreja, o trabalho, e os estudantes — dificilmente escapa à politização e todos os grupos tentam cooptá-los para aumentarem a sua força política.

Segundo Stepan as relações entre civis e militares assumem as seguintes características principais:

- (1) Todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares. A norma é o militar politizado;
- (2) Os militares são politicamente heterogêneos, mas procuram manter um grau de unidade constitucional;
- (3) Os políticos importantes garantem legitimidade aos militares, sob certas circunstâncias, para agirem como moderadores do processo político, controlando ou depondo o executivo, ou até mesmo evitando a ruptura do próprio sistema, especialmente quando isto

---

(1) Note-se a semelhança até terminológica com o «poder moderador» tal como se acha definido na Enciclopédia Universal Espanhola de 1936, onde o exército é considerado como «o último bastião da nacionalidade espanhola» (citado por Finer, p. 31).

- envolve uma mobilização maciça de novos grupos anteriormente excluídos da participação no processo político;
- (4) A aprovação dada pelas elites civis aos militares politicamente heterogéneos para depor o executivo facilita bastante a formação de uma coligação golpista vencedora. A negação, pelos civis, de que a deposição do executivo pelos militares seja um acto legítimo impede, pelo contrário, a formação de uma coligação golpista vitoriosa;
  - (5) Existe uma crença firme entre as elites civis e os oficiais militares de que, embora seja legítima para os militares a intervenção no processo político e no exercício temporário do poder, é ilegítimo para eles assumirem a direcção do sistema político por longos períodos de tempo.

O que assume todavia ainda mais interesse é a conclusão que Stepan avança sobre as virtudes relativas deste padrão. Ao contrário da ideia tradicional da intervenção militar como sintoma de decomposição do sistema político, podemos sustentar que este modelo é o «método normal de composição na vida política». O exemplo mais típico analisado em pormenor pelo autor é o Brasil entre 1945 a 1964, período durante o qual «predominou este padrão de relações entre civis e militares». A partir de 1964, a intervenção deixa de obedecer ao modelo moderador, contrariando assim a cláusula (5).

## 5. CONCLUSÕES

As aproximações que aqui fizemos entre vários autores, regidos todos pelo mesmo sistema de opções ideológicas, leva-nos a sugerir algumas conclusões provisórias:

Antes de mais há que ter em consideração, quando se fala nas relações entre políticos e militares, se se trata de grandes e médias potências, que vivem numa situação permanente de «nem guerra, nem paz» e onde as instituições políticas são estáveis e sólidas. Tais sociedades são caracterizadas pelo elevado grau de cultura política e devem distinguir-se das sociedades de baixa ou mínima cultura política onde a instabilidade social é regra e as instituições políticas são frágeis.

Nessas sociedades de elevada cultura política as relações entre civis e militares obedecem a um jogo complexo de influências recíprocas e difíceis de deslindar, mas, em qualquer caso, parece líquido que o mito do militar estritamente profissional, controlado objectivamente pelo poder civil, de forma alguma corresponde à realidade, concreta ou mesmo desejável, e o próprio Huntington muito provavelmente já não defenderá hoje com tanto entusiasmo o seu paradigma de profissionalismo.

Será mais realista pensarmos, como Janowitz e como Finer, que os militares servem sempre interesses políticos muito específicos, que exercem pressões de acordo com as suas opções sectoriais e a sua posição de classe, que essa sua acção se exerce muito tranquilamente através dos próprios mecanismos constitucionais e que o poder político civil dificilmente os controla. Igualmente de acordo com Janowitz poderemos aceitar que, por imperativos estratégicos e por razões tecnológicas, as Forças Armadas se aproximam mais do tipo «condestable» o qual procura conciliar o *gestor* e o *herói*, ambos imprescindíveis para a sua multifunção reguladora dos estados modernos e que necessariamente inclui a interiorização do factor político.

Finer, por seu turno, acrescentará, igualmente com muito realismo, que não é só no Exército Vermelho que se faz doutrinação política partidária, ou seja, aquilo que Huntington designa como «controlo civil subjectivo» (\*).

Mas se a tendência nas próprias nações de elevada cultura política é para a força «condestable» a qual implica uma interpenetração político-militar crescente, tal tendência torna-se ainda mais pronunciada quando passamos para as «sociedades pretorianas», de baixa cultura política. Ora a tradução da «força condestable» a esse nível é o «padrão moderador» que, muito provavelmente, teleguiado pelo Estado-Maior Central de que é satélite, permitirá, como descreve Huntington, liderar, numa primeira fase, o processo de modernização, liquidando oligarquias serôdias ou mesmo regimes proto-dinásticos; numa segunda fase, manter um «status quo» claramente dependente do sistema internacional em que se insere e até, se for

---

(\*) «O esforço para fazer com que as forças armadas se conformem com um ponto de vista particular não é peculiar à União Soviética, ou aos seus satélites ou aos governos revolucionários... A diferença entre os métodos usados na União Soviética e nos outros países capitalistas é apenas de grau.» (p. 32)

caso disso, numa terceira fase, reprimir os ímpetus revolucionários das massas que anseiam libertar-se dessas dependências.

A propósito da desconfortável situação dos militares que se envolvem politicamente e que depois não conseguem nem ficar nem sair, cita Finer um velho ditado que diz «uma vez montado o tigre, já não podemos desmontá-lo».

Várias alternativas, contudo, se perfilam: ou o cavaleiro tem armas e tenta matar o tigre ou então, caso as não tenha, procura libertar-se pela astúcia, retirando-se devagar, prudente, cautelosamente, até se achar fora da zona de perigo.

Uma coisa, porém, parece certa: qualquer que seja a estratégia de saída, os riscos de vir a ser devorado são sempre grandes.

Lisboa, Dezembro de 1978

*Jorge Correia Jesuino*

## BIBLIOGRAFIA

- BOUDON, R — *Théories, Théorie et Théorie*, in «Arch. europ. social», XI (1970).
- ANDRESKI, S. — *Military Organization and Society*, London, Routledge & Kegan Paul, 2.<sup>a</sup> ed. 1968 (1.<sup>a</sup> ed. 1954).
- HUNTINGTON, S. — *The Soldier and the State — The theory and Politics of Civil Military Relations*, Cambridge-Harvard University Press, 1957.
- *Civil Military Relations*, in «International Encyclopedia of the Social Sciences», New York, 1968.
- *Political Order in Changing Societies*, Yale, 1968.
- JANOWITZ, M. — *The Professional Soldier — A social and political portrait*, Free Press, New York, 1960.
- *Sociology and the Military Establishment*, Russel Sage Foundation, New York, 1965 (1.<sup>a</sup> ed. 1959).
- *Military Organization*, in «Handbook of Military Institutions», edit. por Roger W. Little, Sage Publ-Beverly Hills, 1971.
- FINER, S. E. — *The Man on Horseback — The Role of the Military in Politics*, London Penguin Books, 1975 (1.<sup>a</sup> ed. 1962).
- STEPAN, A. — *The Military in Politics: Changing Patterns in Brasil*, Princeton, 1971 (Tradução brasileira por Italo Tronca, Rio de Janeiro, Arte Nova, S. A.).